

MOÇÃO

Considerando que:

1. A situação política em Cabo Verde antes do 25 de Abril, era caracterizada pela existência de fortes estruturas exploradoras e repressivas apoiadas no poder político e colonial;
2. Após o 25 de Abril foi extinta a Pide-DGS; as relações económicas existentes em nada se alteraram, porque não foi feito o devido saneamento nem modificada a legislação a qualquer nível; a PSP transformou-se numa força de carácter pouco mais que simbólico; as Forças Armadas foram facilmente consciencializadas do seu novo papel não repressivo e da necessidade de serem um elo de fortalecimento das relações de amizade entre o povo português e o povo caboverdeano; o Governador e o Comandante Chefe foram mudados várias vezes e consequentemente a sua acção nunca foi relevante. Verificasse assim que a única alteração na conjuntura se regista ao nível das estruturas repressivas, o que permitiu o aparecimento, à luz do dia e com toda a força, das graves contradicções e injustiças legadas pelo sistema colonial fascista;
3. A falta de politização do povo caboverdeano permitiu o aparecimento imediato de partidos arrivistas e oportunistas integrados por elementos que beneficiavam da situação anterior ao 25 de Abril, só possível pela ausência de modificações da estrutura político económica. Por outro lado, surgiu á luz do dia um enorme e desorganizado movimento de simpatizantes do PAIGC que pouco a pouco tem sido absorvido pelo próprio

PAIGC em virtude da sua ideologia e organização vir ao encontro das profundas aspirações do povo caboverdeano. O atraso no saneamento e na institucionalização de facto da democracia neste arquipélago tem provocado graves entraves a um maior enraizamento e enquadramento de massas pelo PAIGC, permitindo o aproveitamento de simpatizantes menos politizados do PAIGC por forças fascistas de molde a, aproveitando velhas sequelas remanescentes do regime colonial, provocar conflitos, confrontações e até tumultos que só a essas forças interessam. São exemplos disso as graves proporções que estão a tomar as confrontações entre certos sectores da população civil e as Forças Armadas, simplistamente consideradas como problemas de mulheres pelos que apenas conhecem a realidade caboverdeana antes do 25 de Abril, mas que na realidade assumem agora um carácter indubitavelmente político. Efectivamente existe agora na base destes incidentes toda uma série de insultos e provoações verbais e físicas, decorrentes da persistência da situação colonialista em que se vive, e que agora o povo caboverdeano não aceita de modo nenhum, tendo-se chegado ao paradoxo de os militares serem vistos e considerados como força opressora.

4. A par do abandono político a que tem sido votada esta colónia, o que está na base da situação descrita, e da indefinição concreta do projecto de descolonização, constatou-se já a autorização para a instalação de uma refinaria em Cabo Verde o que parece só poderia ter sido feito com base num esquema seguro do processo de descolonização.
5. O pessoal das Forças Armadas, independentemente do seu posto e consciencialização política, sente na sua carne a grave contradição entre o que julga ser a sua nova missão e a hostili-

dade com que impunemente é tratado perguntando-se qual é afinal o seu papel em Cabo Verde e sofrendo cada vez mais de grandes limitações nas suas deslocações numa terra em que já de si em muito pouco pode contribuir para amenizar o seu isolamento e afastamento do seu País e da sua família.

6. A Associação de Oficiais da Armada em Cabo Verde, que tem ao abrigo do Programa das Forças Armadas como finalidade estatutária "Defender o Programa do MFA, tanto na letra como no espírito e garantir as condições da sua plena execução, chamando a atenção da hierarquia para os factos que não estejam de acordo com o Programa", constata com amargura que enquanto em outras colónias ao abrigo do citado Programa se tem conseguido promover o entendimento e o desenvolvimento de laços de fraternidade entre os seus povos e o povo português, em Cabo Verde se verifica precisamente o contrário ou seja uma acelerada deterioração da situação política e das relações com os naturais.
7. O PAIGC é, sem margem para dúvidas, o único partido que mobiliza massas, mas o problema da sua representatividade nem sequer é por enquanto relevante para efeito de negociações porque elas não estão previstas. No entanto, a sua forte implantação popular credita-o indubitavelmente como uma voz a ouvir na esquematização do processo de descolonização.
8. O acordo de Argel deixa em aberto um largo espaço de manobra para uma solução democrática. A hipótese de um referendo é uma solução nitidamente impopular por uma questão de princípio, e também, por nas actuais condições económi-

cas e políticas, dificilmente poder permitir a autêntica expressão da vontade do povo. A hipótese de eleição de uma Assembleia Constituinte parece ser mais coerente com o recorre-nhedo direito dos povos á autodeterminação e independência, não coarta a possibilidade do povo caboverdeano escolher uma ligação com Portugal e constitui ainda e enquanto a situação política não se deteriorar mais, uma oportunidade que não devemos perder de descolonizar o Arquipélago de Cabo Verde com salvaguarda da paz e dos princípios democráticos.

9. Os graves incidentes e conflitos já citados que se regista-ram últimamente em Cabo Verde, o estado psicológico das guar-nições militares aqui estacionadas e o aproveitamento político que pode e já está a ser feito pelas forças reaccionárias dos referidos incidentes, como seja o lançamento das Forças Armadas contra a população, provocando atitudes de força que só podem atrazar o processo de independência, permitem pre-ver com segurança e caso não sejam tomadas opções de fundo, uma rápida e acelerada escalada de violência que assumirá gravíssimas e incontroláveis proporções.

Os oficiais da Armada prestando serviço em Cabo Verde reunidos em plenário no dia 11 de Outubro de 1974 propõem:
 Que seja urgentemente e concretamente definido o programa de descolonização de Cabo Verde em ordem a, paralela-mente com o urgente constituição dos órgãos de soberania emanentes, poder ser atribuída uma missão concreta ás Forças Armadas estacionadas em Cabo Verde e ser efectuado um saneamento político e económico que conduzam á descompressão da explosiva situação política em que se vive e ao reatamento das seculares boas relações que unem os nossos dois povos.